

# CAPÍTULO 3

## A COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA FACILITADORA NO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) NO TOCANTINS

**Dára Beatriz Vieira de Sousa**  
**Angeline de Fátima Branco**  
**Luzêni Neres de Oliveira Sousa**  
**Cibelle Christine Brito Ferreira**  
**Clauber Rosanova**

### RESUMO

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) adquire produtos diretamente dos agricultores familiares, para atender à população em situação de vulnerabilidade, objetivando incentivar a agricultura familiar. O PAA é um importante canal de comercialização, capaz de promover a inclusão produtiva e dinamização da economia local. Os maiores desafios de acesso aos mercados institucionais estão no desconhecimento e entendimento das informações sobre as políticas de participação e suas formas de execução. Desta forma, o objetivo desta pesquisa foi de analisar os entraves na comunicação que prejudicam o credenciamento e participação na aquisição de produtos pelo PAA, visto pela ótica dos atores sociais que fazem parte do programa. Para tanto, foi utilizada pesquisa qualitativa com entrevistas semi-estruturadas com agricultores familiares, gestores, e profissionais de extensão rural nas diferentes regiões do Tocantins. Com os resultados obtidos, foi possível categorizar os principais gargalos na comunicação entre governo e agricultores e traduzir os mesmos para formato de vídeos instrucionais, curtos, objetivos e que interajam com a linguagem, com os produtos e com os costumes dos agricultores familiares do Tocantins, de forma a alavancar a inclusão e a participação dos mesmos no PAA.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar. Extensão Familiar. Vídeos Instrucionais.

### 1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil (PRONAF - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Programa Fome Zero, PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar e outros) surgem após uma longa trajetória de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento do agronegócio e para o fomento de grandes complexos agroindustriais no país, contexto esse envolto no paradigma do capitalismo agrário.

A necessidade dessas políticas públicas está ligada aos grupos sociais de agricultores familiares marginalizados, dentre outros motivos, pela ausência de incentivos governamentais ao seu desenvolvimento, tendo como consequência dessa desconsideração e marginalização o desenvolvimento de problemas sociais no campo e na cidade, como a emergência da fome e da insegurança alimentar e a ausência de renda, entre os agricultores e suas famílias, necessidade humana mais básica, responsável por sua sobrevivência e permanência no campo.

Destarte a esses problemas, a partir do ano de 2003 surgem discussões políticas e acadêmicas para o surgimento do PAA, reforçando e organizando os mercados institucionais de compra de produtos da agricultura familiar. Assim, a construção dos mercados institucionais consistiu na articulação das compras públicas com a finalidade de incentivar a inclusão produtiva de agricultores familiares a partir de ações de segurança alimentar e nutricional e de criação de canais de comercialização, numa proposta de conexão do agricultor junto ao consumidor na distribuição de alimentos.

Segundo Grisa e Porto (2015), a institucionalização dos programas que compõem os mercados institucionais geraram mudanças tanto em termos de legislação quanto nas práticas dos atores sociais, tais como: aquisições dos alimentos provenientes dos agricultores familiares, com maior preocupação ao atendimento da diversidade socioeconômica e cultural da categoria sociopolítica da agricultura familiar, estímulo à comercialização de um conjunto variado de produtos, compras em circuitos curtos de comercialização como forma de aproximação entre produtores e consumidores, aquisições por produtos agroecológicos e que atendam às necessidades dos consumidores e, conseqüentemente, o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional dos beneficiários consumidores.

De acordo com Dahrendorf (1992), com legitimação dos mercados institucionais, os agricultores familiares têm a possibilidade de acessar os programas governamentais de aquisição de alimentos, desde que cumpram os requisitos necessários de acordo com a legislação de cada política e que detenham os provimentos disponíveis. Assim, os mercados institucionais enquanto políticas públicas podem minimizar as desigualdades sociais existentes e ampliar suas chances de vida, ao gerar mobilidade social ascendente (SILVA, 2015).

No Estado do Tocantins o PAA passou a ser executado no ano de 2005, sob a responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS, órgão oficial do governo estadual responsável pelos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, vinculado à Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária. Conforme constatado por Carvalho e Pedroso Neto (2016, p. 258-276) “em doze anos, foram investidos mais de 57 milhões de reais na execução do PAA no Tocantins, abrangendo mais de 22 mil agricultores com a aquisição de mais de 20 mil toneladas de alimentos, que foram doados para mais de um milhão de pessoas”.

Conforme dados da CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento - (2015), somente 10% dos 139 municípios desse Estado participaram do programa no ano de 2014. No último censo agropecuário, foram recenseados 42.899 estabelecimentos da agricultura familiar

(IBGE, 2006) e, em 2014, haviam 2.123 agricultores cadastrados como fornecedores do PAA, representando 4,94% do total de agricultores familiares do Estado. Ao considerar esse cenário, esta pesquisa objetivou analisar os entraves na comunicação que prejudicam o credenciamento e participação na aquisição de produtos pelo PAA, visto pela ótica dos atores sociais que fazem parte do programa.

Diante do exposto, verifica-se a necessidade de analisar os entraves na comunicação que prejudicam o credenciamento e participação na aquisição de produtos pelo PAA, visto pela ótica dos atores sociais que fazem parte do programa, para então construir ferramentas facilitadoras no processo de comunicação entre governo e agricultores envolvidos nesse programa.

## 2. MATERIAL E MÉTODOS

O levantamento de dados foi realizado no estado do Tocantins, em suas quatro macrorregiões (Sul, Sudeste, Central e Norte) cujo meio rural é caracterizado por repertórios culturais diversificados, abarcando uma pluralidade de povos tradicionais associados à diversidade dos biomas (cerrado, floresta amazônica e pantanal), dos produtos da sociobiodiversidade (coco babaçu, pequi, buriti, mangaba etc.) e das identidades sociais (indígenas, quilombolas, quebradeiras de coco etc.) (MENESTRINHO; PARENTE, 2011).

Foram aplicados questionários de forma digital, desenvolvido via formulários do Google Forms, um contendo dez questionamentos, complementado com a identificação do produtor e propriedade em que estava inserido, aplicado à 33 (trinta e três) produtores rurais que faziam parte do cadastro do PAA no período de desenvolvimento da pesquisa, dentre eles, alguns membros das associações em que muitos fazem parte e desenvolvem o projeto de forma conjunta para atender a região. Outro contendo 6 (seis) perguntas e identificação do produtor e nome da propriedade rural em que ele está inserido, sendo enviado a 30 (trinta) produtores rurais.

A pesquisa foi realizada entre os meses de maio a dezembro de 2022, com informantes que atuam nos maiores municípios tocantinenses das regiões Sul, Sudeste, Central e Norte e em instituições públicas e privadas que atuam direta ou indiretamente com os públicos da agricultura familiar. O questionário foi disponibilizado para os produtores integrantes do programa em novembro de 2022, ficando disponível para serem respondidos até janeiro de 2023.

A pesquisa foi de natureza quantitativa e qualitativa, baseada principalmente na realização de entrevistas e questionários online com os atores sociais que fazem parte do PAA, agricultores familiares, gestores estaduais e municipais, e profissionais de extensão rural do Ruraltins (Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins) nas diferentes regiões do Tocantins.

Para sistematizar, categorizar e tornar possível o tratamento dos dados, foi aplicada a análise de conteúdo do tipo temática (BARDIN, 2011). Após análise e interpretação dos dados, foram categorizados os principais gargalos na comunicação entre governo e agricultores. Os entraves identificados foram traduzidos para formato de vídeos instrucionais, curtos, objetivos e com interação com a linguagem, com os produtos e com os costumes dos agricultores familiares do Tocantins, de forma a alavancar a inclusão e a participação dos mesmos no PAA, sendo os vídeos disponibilizados aos órgãos públicos que participaram da pesquisa, aos produtores entrevistados, as associações e cooperativas de agricultores e a comunidade.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O trabalho ressalta a importância da comunicação como facilitadora nos processos de acesso e credenciamento aos programas governamentais, neste caso em específico o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que hoje, passou a chamar-se de Programa Alimenta Brasil (PAB). Durante a realização desta pesquisa, constatou-se imediatamente que o maior entrave na relação programa versus produtor é a falta de informação.

O Ruraltins (Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins), órgão responsável pelo cadastramento, assistência técnica e multiplicação dos envolvidos no programa, funções estas realizadas através dos seus assistentes técnicos, que relatam o quão difícil e desafiador atingir um número considerável de produtores, devido principalmente a dificuldade em fazer com que a informação chegue aos mesmos, apontando como entrave a comunicação em sua totalidade, pois é por meio dela que se permite entender o objetivo do programa, quem pode participar e como inserir sua propriedade. Em outros estados, ocorre da mesma forma, tendo como auxílio e comunicador responsável por levar as informações órgãos como: CONAB, EMBRAPA, FECOMÉRCIO.

A assistência técnica rural fornecida à agricultura familiar, necessita de pessoas capacitadas e em maiores números para conseguir atender cada cidade circunvizinhas de Palmas, para que assim, levem a informação, orientando essas pessoas de como fazer parte de um programa que fomenta a agricultura familiar.

Visando compreender esses pontos e avaliar o ponto de vista dos produtores e dos órgãos competentes, foi aplicado um questionário de forma digital, desenvolvido via formulários do Google Forms, à 33 (trinta e três) produtores rurais que faziam parte do cadastro do programa durante a época de execução do projeto, dentre eles, alguns membros das associações em que muitos fazem parte e desenvolvem o projeto de forma conjunta para atender a região.

Dos 33 (trinta e três) produtores que aceitaram receber o questionário via aplicativo de conversas, apenas 3 (três) se dispuseram a responder o mesmo, com isso identifica-se nos participantes do projeto um certo desinteresse e ou resistência em compartilhar suas respostas, ou até mesmo desconhecimento de como usar ferramentas online e tecnologias. O questionário foi disponibilizado no dia 29 de novembro de 2022, e a partir daí foram enviados lembretes diariamente falando da importância de responder o questionário, porém, sem respostas ou até mesmo feedback. Alguns argumentaram que devido às tarefas diárias, estariam sem tempo para responder os questionamentos propostos. No entanto nota-se que esses argumentos se deram como desculpas para encobrir o sentimento de insegurança, desinteresse ou desconfiança em compartilhar as informações.

O formulário contou com dez questionamentos, contendo ainda a identificação do produtor e propriedade em que o mesmo estava inserido. Ao serem questionados como ficaram sabendo da existência do programa, um dos produtores respondeu que teve acesso via reunião da prefeitura de Palmas em conjunto com a secretária de educação do município, outro pelo Ruraltins e o terceiro pela internet.

Sobre ter acesso ao programa, cem por cento tiveram acesso via Ruraltins, e quando questionados sobre ter dificuldades ao realizar o cadastro ao programa, as respostas apontaram para a dificuldade em relação às informações sobre o cadastro disponibilizada no site do órgão.

Questionados sobre ter limitações ao acesso à internet (o que poderia limitar o acesso a informações, datas, documentação entre outros para realizar o cadastro), todos responderam que contam com internet móvel e Wi – Fi no escritório da associação, disponível aos produtores, apesar de alguns não saberem como utilizar de aparelhos como o computador. Sobre o fornecimento de cada propriedade, questionando quais alimentos eram oferecidos aos órgãos, obteve-se como resposta uma variedade significativa, como: mandioca, verduras, hortaliças, frutas e polpa dessas frutas como coco, por exemplo. Quando questionados sobre o programa deixar de adquirir algum produto da propriedade, foi respondido que “sim”, o que remete a ideia de que nem todos os produtos oferecidos pelos produtores ao programa são adquiridos. Junto

com o questionamento, foi solicitado uma justificativa do porquê da não aquisição, no entanto esta não foi respondida.

A questão sobre a possibilidade de vender toda a quantidade produzida ou fornecer o que é estipulado pelo programa, a resposta também seguiu com um nível de satisfação afirmando que sim. Sabendo que para produzir e escoar, deve – se ter uma orientação de um profissional, quando questionados sobre receber ou contratar uma assistência técnica de um profissional do órgão responsável pelo programa ou da área (particular), um dos produtores que faz parte da associação respondeu que, antigamente tinham do Ruraltins e que hoje, a mesma “curso agronomia para dar assistência aos produtores da sua associação” e os demais também responderam que “não”. Essa resposta se confirma com o relato do responsável do departamento que rege o programa, afirmou que precisam de pessoal para dar assistência técnica aos seus produtores.

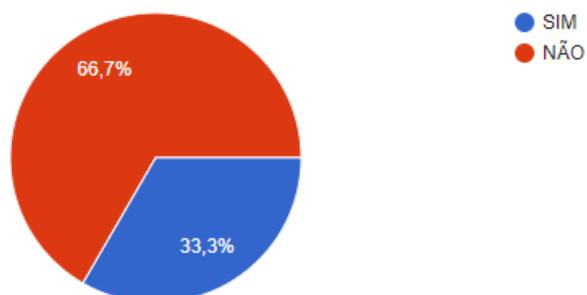
Sobre a logística de escoamento e retorno financeiro, responderam que a associação tem um veículo adaptado para entregar frios, e os produtores associados que fazem parte do programa fazem o escoamento com veículos próprios no que se refere a entrega de hortaliças e verduras. Já na questão do retorno financeiro, eles estão muito satisfeitos, pois o programa tem permitido que eles, arrendatários de terras, se tornem donos de sua própria propriedade rural. Essa satisfação remete ao cumprimento de um dos objetivos do programa “fomentar a agricultura familiar”, ainda que o processo seja demorado e burocrático, gera satisfação por se cumprir. Ressaltando que também em visita ao órgão, foi elencado pelo responsável do programa, a importância de fazer parte de associações, serem organizados e crescer juntos.

Seguindo a linha de pesquisa via questionário online para obter um alcance maior de respostas, foi reenviado aos 30 (trinta) produtores rurais que não haviam respondido ao primeiro, um questionário com 6 (seis) perguntas contendo ainda sua identificação e nome da propriedade rural. Dentre os 30 (trinta) apenas 12 (doze) responderam. Em resposta ao questionamento sobre conhecer o projeto 67,7% responderam que não e apenas 33,3% responderam que sim, conforme está representado na Figura 1.

**Figura 1:** Conhecimento em relação a existência do Programa Alimenta Brasil (PAB).

Conhece o Programa Alimenta Brasil?

12 respostas



**Fonte:** Acervo particular dos autores (2023).

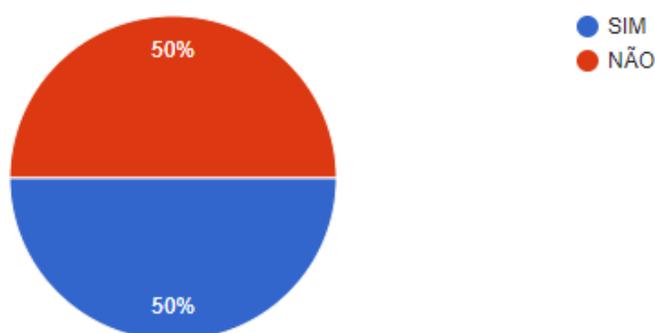
Os resultados representados na Figura 1, dão ênfase na importância em levar a informação ao produtor rural sobre os programas que venham beneficiar sua propriedade rural, fomentando suas atividades. Nesse contexto, a comunicação apresenta-se como maior aliada para levar ao produtor informações em que na maioria das vezes os próprios órgãos promotores do programa não conseguem inserir nas regiões onde a agricultura familiar necessita desse investimento.

Em resposta ao questionamento sobre ter interesse em desenvolver o projeto em sua propriedade, as respostas foram 50% sim e 50% não (figura 2).

**Figura 2:** Interesse dos agricultores familiares na inclusão do PAB.

Caso já conheça o programa, tem vontade de participar?

12 respostas



**Fonte:** Acervo particular dos autores (2023).

A Figura 2, apresenta uma porcentagem considerando o interesse de produtores em participar dos programas do governo, de maneira que 50% não partilham o desse interesse, argumentando falta de cadastros em que poderiam fornecer mais opções de alimentos. Para a

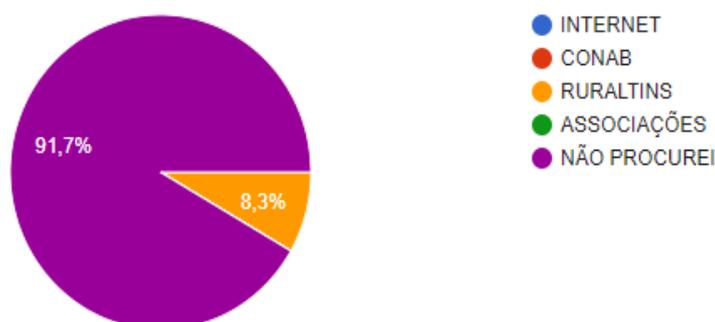
ruptura desse gargalo, vê-se como solução a apresentação dos benefícios de se inserir ao programa a esses produtores.

Os dados da Figura 3, expõe de forma transparente a porcentagem de 8,3% na procura pelo órgão responsável pelo cadastro no PAB, e 91,7% que não procuraram/tentaram fazer o cadastro.

**Figura 3:** Procura pelo órgão responsável pelo cadastro no PAB.

Ja tentou fazer o cadastro? Se sim, qual das opções abaixo procurou?

12 respostas



**Fonte:** Acervo particular dos autores (2023).

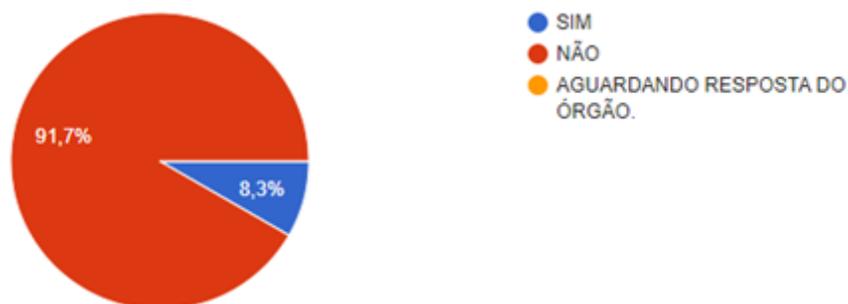
Os resultados da Figura 3, permite constatar que a falta de informação e comunicação entre o governo e a agricultura familiar do estado, os produtores familiares mantêm parcerias improdutivas, por não conhecerem os programas ofertados pelo governo que poderiam fomentar ambas partes.

A Figura 4, descreve o êxito no cadastro dos 8,3% de produtores que tiveram a curiosidade de conhecer o programa e se cadastrar, após terem acesso a informações sobre os mesmos, por meio de reuniões nos órgãos governamentais e prefeitura.

**Figura 4:** Êxito do cadastramento no PAB.

Caso tenha procurado, conseguiu se cadastrar?

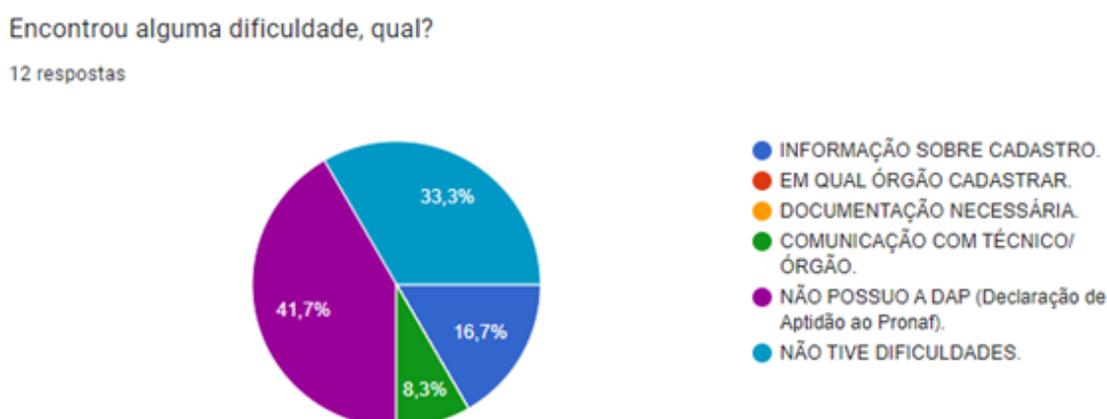
12 respostas



**Fonte:** Acervo particular dos autores (2023).

A Figura 5, quantifica as respostas quanto ao questionamento direcionado para as dificuldades ao tentar realizar o cadastro. Uma vez que, ao tentar um primeiro acesso de forma exploratória no site da entidade responsável por essa etapa, foram identificadas dificuldades em entender o funcionamento do processo, lista de documentação e onde se dirigir para efetivar o cadastramento.

**Figura 5:** Dificuldades encontradas no processo de cadastramento.



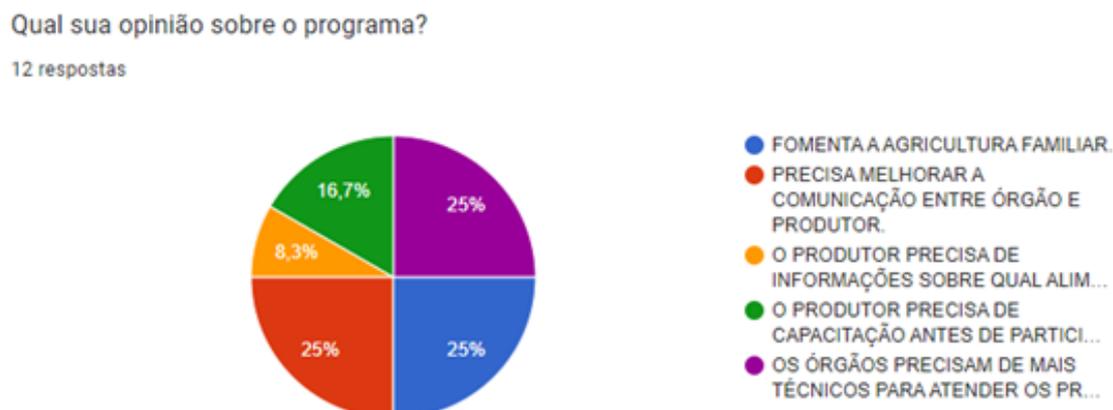
**Fonte:** Acervo particular dos autores (2023).

Dentre as possíveis dificuldades apresentadas (figura 5), observa-se que 41,7% descrevem não possuir a DAP -Declaração de Aptidão ao Pronaf (hoje CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar), que trata-se de um documento importante no processo de cadastramento, onde o produtor declara ter aptidão ao Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Seguido de 33,3% que não encontraram dificuldades no momento da realização do cadastro junto ao órgão, muito provavelmente por terem toda a documentação exigida para montar o processo. Elencando que o produtor, já possuidor da CAF, só é feita uma atualização cadastral no sistema, informando sua intenção em participar do programa, uma vez que a visita técnica na propriedade já foi realizada e constatado que o mesmo tem uma propriedade produtiva, pois para aderir ao programa, a terra já deve estar sendo trabalhada. Outros 16,7% tiveram dificuldades no que diz respeito a ter acesso a informações sobre o cadastro e objetivo principal deste projeto esclarecer. E 8,3% tem dificuldade em comunicar-se com os técnicos/órgão, sendo justamente os que tiveram interesse, buscaram informações e se cadastraram no programa, correspondendo as informações coletadas no primeiro questionário onde as respostas afirmam que os mesmos não possuem assistência técnica para desempenhar da melhor forma a condução da sua produção.

Dentre as interações esperadas com as respostas aos questionários, a Figura 6, expõe que o programa atinge de forma positiva os interesses das políticas públicas voltadas a ele pelos

órgãos, porém é nítido que, ainda que a agricultura familiar seja fomentada necessita-se de profissionais capacitados para melhor atender aos aderentes do PAB, ampliar a janela de visita a estas propriedades, desenvolver um projeto de comunicação entre eles. E o Ruraltins precisa contratar, em caráter de urgência, técnicos que consigam orientar bem como capacitar estes produtores carentes de conhecimento para aumentar sua produção e melhorar sua produtividade atendendo Palmas e região.

**Figure 6:** Opinião sobre o PAB.



Fonte: Acervo particular dos autores (2023).

Dentre os entrevistados, 16,7% (figura 6) concordam que o produtor, precisa de uma capacitação antes de fazer parte do programa, deve-se fazer uma introdução dos mesmo as regras, valores, prazos, logística, para onde fornecer, o que fornecer e como trabalhar viabilizando a oferta de produto, esta falta de informação faz com que os 8,3% (figura 4) cadastrados ao programa, sintam-se inseguros, sem ter um norte, e em sua maioria, perdem a oferta por estar produzindo um alimento fora do que está sendo demandado, sem planejamento técnico fica a falha na escolha da cultura melhor adaptada e com maior demanda, bem como da época adequada para plantio na região. Uma vez que, o programa compra alimentos da estação e dentro da dieta ofertada no que se trata de compra direta em escolas e entidades municipais.

Contudo, se pode constatar as falhas na comunicação provocadas pelo desafio de fazer as informações chegarem até o produtor rural, da necessidade de o produtor ir em busca destas informações. Bem como, falha na estruturação e fomento, brechas nas políticas públicas e qualificação incipiente dos técnicos, que necessitam de uma melhor capacitação e dedicação de tempo, para conseguir alcançar os produtores familiares.

Os resultados mostram que o acesso ao programa não é fácil aos olhos do produtor, mas o órgão responsável pelo PAB, acreditam faltar interesse desses produtores quanto ao programa.

Com essa divergência de olhares, ressalta a importância da comunicação, da qualificação e da curiosidade do produtor para que se integre ao programa.

Ainda sobre os entraves, não só a falta de informação interfere na participação da agricultura familiar, de Palmas e região, ao PAB, outros fatores como a falta de logística, distância entre a propriedade e o centro de distribuição, a oferta do produto produzido (que em algumas situações, pode ocorrer de o produto ofertado não ser o que está na lista de compras do órgão regulamentador) e a regulamentação documental da propriedade rural também dificultam a inclusão do produtor no PAB. Aqueles que já fazem parte do programa encontram alguns problemas com a oferta do que é produzido na propriedade, isso se dá pela falta de assistência que poderia ser um indicativo de informação sobre o que produzir atendendo a demanda da região.

Dentre todos os resultados alcançados nesta busca por entender os entraves e como resolvê-los, verifica-se que a página do órgão na internet seja mais objetiva, a mesma é auto explicativa, porém existem inconsistências no acesso e não exemplifica com detalhes como o visitante do site poderia ter um norte de “por onde começar o processo de cadastro”. Foi perceptível que da parte do produtor, não há um interesse plausível na busca de informação por estes dados e em sua maioria, acham burocrático montar o processo para participar do programa.

A palavra “processo”, tem um significado que representa “burocracia e dificuldade” ao produtor, e ao levantar os dados para a realização deste projeto, foi possível despreocupar o produtor sinalizando que montar um processo nada mais é do que, fazer o levantamento da documentação da propriedade e levar ao órgão para cadastramento no mesmo e que, quando estiver faltando algum item da lista de documentação, o mesmo fica parado aguardando a correção. Citando o levantamento de documentação, é importante elencar que o principal documento exigido para a participação do programa é a DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, agora denomina – se CAF – Cadastro Nacional da Agricultura Familiar, e em breve deverá ser atualizado.

Dentre outros resultados, o objetivo desta pesquisa foi alcançado, em entender o papel da comunicação ao levar informação onde não se busca ou não recebem, a responsabilidade dos órgãos criando políticas públicas que venha elencar e se tornarem facilitadoras desde a aquisição do dinheiro empregado pelo programa até o escoamento dos alimentos, em capacitar seus técnicos, qualificar a assistência aumentando seu pessoal, ajudar o produtor com a logística da propriedade para a capital, mantê-los informados de quando é ofertado o credenciamento,

bem como quando e como participar do programa, qual o público estão atendendo ao fornecer o alimento, como investir na produtividade e ter alimentos saudáveis e de qualidade, não perder os prazos e principalmente: produzir o alimento que consta na lista de compra do órgão responsável pelo programa.

Acredita-se que os vídeos elaborados de forma objetiva, transparente e explicativa, possam nortear os produtores, órgão e entidades participantes do PAB, ao que se diz respeito de como descomplicar o cadastramento, facilitar o acesso do produtor ao órgão regulamentando sua propriedade rural, permitindo que o mesmo seja parceiro ao se inserir aos programas do governo fomentando a agricultura familiar e o crescimento do programa no estado atendendo a todos que precisam.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização desta pesquisa, constatou-se que o maior entrave na relação programa versus produtor é a falta de informação. Com isso, foi possível categorizar os principais gargalos na comunicação entre governo e agricultores e traduzir os mesmos para formato de vídeos instrucionais, curtos, objetivos e que interajam com a linguagem, com os produtos e com os costumes dos agricultores familiares do Tocantins, de forma a alavancar a inclusão e a participação dos mesmos no PAB.

Acredita-se que os vídeos elaborados de forma objetiva, transparente e explicativa, possam nortear os produtores, órgão e entidades participantes do PAB, ao que se diz respeito de como descomplicar o cadastramento, facilitar o acesso do produtor ao órgão regulamentando sua propriedade rural, permitindo que o mesmo seja parceiro ao se inserir aos programas do governo fomentando a agricultura familiar e o crescimento do programa no estado atendendo a todos que precisam.

#### REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BATISTA, L. M. G. *et al.* Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 25, p. 494-504, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/ps6jVH94sKz9MT3BC37WjKs/abstract/?lang=pt>. Acessado em: Jan. 2023.

CARVALHO, G. S.; NETO, A. J. P. O Programa de Aquisição de Alimentos no Tocantins: as condições sociais de realização de mercados com práticas de acesso individuais e coletivas. **Redes**, v.21, n.3, p.258-276, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6547876>. Acessado em: Jan. 2023.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Resultados das ações da Conab em 2015 - Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Brasília: CONAB, 2015.

DAHRENDORF, R. **O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade**. São Paulo: Editora Zahar, 1992.

DELGADO, G. C.; CONCEIÇÃO, J. C. P. R.; OLIVEIRA, J. J. **Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA)**. 2005. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1779/1/TD\\_1145.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1779/1/TD_1145.pdf). Acessado em: Jan. 2023.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Orgs). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**, 2006.

MENESTRINHO, E.; PARENTE, T. G. O estudo das territorialidades dos povos tradicionais. **Brazilian Geographical Journal**, Uberlândia, v. 2, p. 1-19, 2011. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal/article/view/9157>. Acessado em: Jan. 2023.

PERACI, A. S.; BITTENCOURT, G. A. A agricultura familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Fome Zero: a experiência brasileira**. Brasília, DF: MDA, p. 191-222, 2010. Disponível em: <https://www.fao.org/3/i3023p/i3023p.pdf#page=192>. Acessado em: Jan. 2023.

SILVA, D. W. **Produzindo prerrogativas de cidadania: o acesso da agricultura familiar à política de fornecimento de produtos para a alimentação escolar**. 223 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SALGADO, R. J. S. F.; SOUSA, W. J. **Influência das organizações da agricultura familiar e da assistência técnica pública no acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 2022. Disponível em: <http://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/59ab3ba90ae4b4ab84fe69de7b8e3f5f.pdf>. Acessado em: Jan. 2023.

GRISA, C. *et al.* O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de assentamentos**, v. 13, n. 1, p. 137-170, 2010. Disponível em: <https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/69>. Acessado em: Jan. 2023.